



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 6.421

DE 28 DE JANEIRO DE 2021

PUBLICADO NO
D.O.M.

Edição nº Extra

Data: 29/01/21

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE CAJAMAR – COMDEMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DANILO BARBOSA MACHADO, Prefeito do Município de Cajamar, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 86, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando, que compete ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Cajamar-COMDEMA, nos termos do inciso XIX, do artigo 3º da Lei nº 1.283, de 14 de abril de 2008, elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

Considerando a necessidade da revisão do Regimento Interno do COMDEMA, principalmente, em virtude das disposições contidas na Lei Municipal nº 1.690, de 06 de dezembro de 2.017 que alterou a Lei Municipal nº 1.283, de 14 de abril de 2.008;

Considerando, a solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nos autos do Processo Administrativo nº 8.150/2020, quanto à expedição de Decreto homologando a revisão do Regimento Interno, aprovado em 08 de janeiro de 2021, pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Cajamar-COMDEMA.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado, nos termos do art. 13 da Lei nº 1.283, de 14 de abril de 2008 e alterações, o REGIMENTO INTERNO do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Cajamar – COMDEMA, anexo a este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.092, de 18 de março de 2.010.

Prefeitura do Município de Cajamar, 28 de janeiro de 2.021

DANILO BARBOSA MACHADO
Prefeito Municipal

LEANDRO MORETTE ARANTES
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Registrado no Departamento Técnico Legislativo e publicado no Diário Oficial do Município.

Luciana Maria Coelho de Jesus Stella
Departamento Técnico Legislativo

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE CAJAMAR - COMDEMA

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º. O presente Regimento é instrumento normativo e disciplinador das relações internas do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA de Cajamar, em obediência à Lei Municipal nº. 1.283 de 14/04/2008 e respectivas alterações.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA (integrante dos Sistemas Nacional e Estadual de Meio Ambiente) é um órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento da Administração Municipal nos assuntos referentes à defesa do meio ambiente e à sustentabilidade.

CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 2º. A estrutura do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente está organizada em:

- I – Plenário;
- II – Secretaria do Conselho;
- III – Câmaras Técnicas;
- IV – Grupos Técnicos de Trabalho.

SEÇÃO I - PLENÁRIO

Artigo 3º. O Plenário é o órgão superior de deliberação do COMDEMA, composto nos termos do artigo 4º, da Lei Municipal nº 1.283 de 14/04/2008.

§ 1º. O Plenário somente poderá deliberar mediante a maioria absoluta dos votos dos Conselheiros.

§ 2º. A votação em plenário poderá ser secreta nas ocasiões em que assim seja proposto e deliberado pelos Conselheiros presentes.

§ 3º. As matérias a serem apreciadas pelo Conselho deverão ser encaminhadas por algum de seus membros.

§ 4º. O Plenário decidirá por votação, quais as deliberações a serem publicadas, através da Secretaria do Conselho.

§ 5º. As deliberações do Plenário serão referendadas por seu Presidente.

§ 6º. O Plenário reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário, quando houver convocação por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos Conselheiros.

SEÇÃO II – PRESIDÊNCIA

Artigo 4º. O Presidente deverá ser eleito na primeira reunião ordinária do Plenário, dentre os membros titulares do Conselho, para uma gestão de 02 anos.

§ 1º. Caso a votação do Plenário resulte em empate, será considerado vencedor o candidato de maior idade.

§ 2º. Só é permitida uma reeleição consecutiva à Presidência do Conselho.

SEÇÃO III – SECRETARIA DO CONSELHO

Artigo 5º. A Secretaria do Conselho terá sua composição escolhida na primeira reunião ordinária do Plenário, dentre os membros titulares ou suplentes do Conselho, para uma gestão de 02 anos.

§ 1º. Caso a votação do Plenário resulte em empate, será considerado vencedor o candidato de maior idade.

§ 2º. Só é permitida uma reeleição consecutiva à Secretaria do Conselho.

SEÇÃO IV – CÂMARAS TÉCNICAS E GRUPOS TÉCNICOS DE TRABALHO

Artigo 6º. O Plenário poderá criar Câmaras Técnicas e Grupos Técnicos de Trabalho, tantos quantos necessários, em função de suas próprias decisões, por necessidade de diligências ou em obediência a leis de instâncias superiores, para realizar estudos e propor soluções e alternativas relativas a problemas afetos ao Meio Ambiente.

§ 1º. Os Grupos serão compostos de no máximo 06 (seis) e de no mínimo 03 (três) Conselheiros, escolhidos entre os Membros Titulares e Suplentes. Sua constituição será mediante deliberação da maioria absoluta dos Conselheiros.

§ 2º. Os membros das Câmaras Técnicas e Grupos Técnicos de Trabalho poderão convocar especialistas não integrantes do COMDEMA para oferecer subsídios e assessoria, quando sua contribuição for decisiva para o desenvolvimento dos trabalhos. Os especialistas a serem convocados devem, prioritariamente, integrar organizações, institutos ou entidades públicas que possam oferecer seus trabalhos sem ônus, convocando-se especialistas da área privada apenas quando houver real necessidade.

§ 3º. O prazo de duração das Câmaras Técnicas e Grupos Técnicos de Trabalho poderá ser determinado ou de forma permanente, conforme decisão do Plenário quando da sua constituição.

Artigo 7º. As Câmaras Técnicas e Grupos Técnicos de Trabalho serão coordenados por um de seus membros Conselheiros, a ser escolhido dentre os representantes da Câmara Técnica ou Grupo de Trabalho na primeira reunião.

Artigo 8º. As reuniões das Câmaras Técnicas e Grupos Técnicos de Trabalho serão devidamente registradas em atas, assinadas pelos representantes e encaminhadas à Secretaria do Conselho.

Artigo 9º. A documentação resultante do trabalho das Câmaras Técnicas e Grupos Técnicos de Trabalho deverá ser registrada junto às atas de suas reuniões que deverão ser encaminhadas pelos respectivos Coordenadores à Secretaria do Conselho até a reunião subsequente do Plenário.

Parágrafo único. As decisões da reunião ocorrerão em função da votação da maioria simples de seus membros Conselheiros.

Artigo 10. Quando do recebimento de documentos, que exijam parecer ou quaisquer manifestações do Conselho, a respectiva Câmara Técnica ou Grupo Técnico de Trabalho deverá apresentar seu relatório na primeira Reunião Ordinária subsequente, para os devidos encaminhamentos.

Artigo 11. Sempre que possível, as Câmaras Técnicas e Grupos Técnicos de Trabalho deverão expressar, juntamente com as suas conclusões, os benefícios que trazem em relação ao meio ambiente e à saúde pública.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Artigo 12. Aos membros do COMDEMA, obedecidos os dispositivos contidos no artigo 3º da Lei nº 1.283/08, compete:

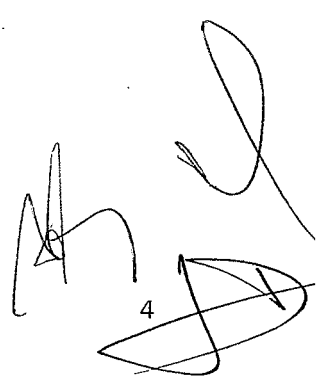
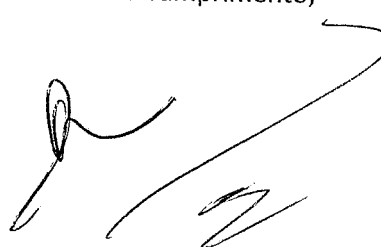
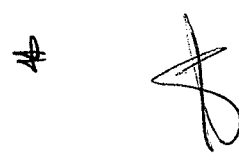
- I – Compôr o Plenário, comparecendo às Reuniões Ordinárias e Extraordinárias;
- II - Debater a matéria em discussão;
- III - Votar na deliberação sobre as matérias debatidas nas Reuniões do Plenário;
- IV - Requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e à Secretaria do Conselho;
- V - Pedir vistas de processo;
- VI - Apresentar propostas, dentro dos prazos fixados;
- VII – Participar das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho;
- VIII - Propor temas e assuntos a deliberação e ação do Plenário;
- IX – Validar, trimestralmente, o inventário de bens que constituem o patrimônio ambiental (natural, étnico, cultural do Município);
- X – Propor e acompanhar os Programas de Educação Ambiental;
- XI – Divulgar informações inerentes ao patrimônio natural, cultural e artificial do município às comunidades;
- XII – Apresentar questões de ordem nas reuniões;
- XIII - Zelar pela observação deste Regimento e pela execução das deliberações do Conselho;
- XIV - Reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês, nas datas definidas pelo Plenário;
- XV - Acatar as normas estabelecidas nas Reuniões, observando as instruções, procedimentos, avisos, circulares e resoluções que lhe forem imputadas, zelando pelo cumprimento das pautas e horários estabelecidos, para o bom andamento dos trabalhos.

Artigo 13. Ao Plenário, obedecidos os dispositivos contidos no artigo 3º da Lei nº 1.283/08, compete:

- I - Deliberar como órgão superior sobre as questões do COMDEMA;
- II - Conhecer as legislações ambientais, estabelecendo, quando conveniente, exigências e recomendações;
- III - Acompanhar, avaliar e fiscalizar, trimestralmente, a gestão dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, bem como os ganhos sociais e de desempenho dos programas e projetos a serem implantados;
- IV - Deliberar sobre critérios para a gestão e execução financeira e orçamentária dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, supervisionando a movimentação e o destino dos recursos;
- V - Deliberar os meios pelos quais será elaborado o Relatório Anual do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA;
- VI - Deliberar sobre o Relatório Anual do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, circunstanciado pelas atividades desenvolvidas, instruído com prestação de contas Técnica e Financeira dos atos de sua gestão, bem como, acompanhado da respectiva documentação comprobatória;
- VII - Encaminhar anualmente à apreciação do Prefeito o Relatório Anual do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, sem prejuízo da submissão de outros instrumentos de controle financeiro, genericamente instituídos para a Administração Municipal;
- VIII - Criar Câmaras Técnicas ou Grupos de Trabalho;
- IX - Examinar os pareceres emitidos pelas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, deliberando sobre os mesmos;
- X - Propor alterações a este Regimento.

Artigo 14. Ao Presidente do COMDEMA, além dos dispositivos contidos no artigo 6º da Lei nº 1.283/08, compete:

- I - Convocar e presidir as reuniões do Conselho, cabendo-lhe o voto de desempate, quando necessário;
- II - Dirigir e coordenar as atividades do Conselho, determinando as providências necessárias para o seu pleno desempenho;
- III - Aprovar a Ordem do Dia das Reuniões do Plenário, organizada pela Secretaria do Conselho;
- IV - Propor planos de trabalho;
- V - Dirigir e representar o Conselho em todos os atos necessários;
- VI - Conduzir os debates e resolver as questões de ordem;
- VII - Assinar as deliberações do Conselho e atos relativos ao seu cumprimento;



4



VIII - Appreciar a solicitação e convocar Reuniões Plenárias Extraordinárias, sempre que julgar necessárias;

IX - Encaminhar aos órgãos devidos todas as recomendações, proposições e resoluções aprovadas pelo Conselho;

X - Determinar a execução das deliberações do Conselho;

XI - Praticar todos os atos necessários para o funcionamento do Conselho;

XII - Encaminhar, obrigatoriamente, ao Plenário as denúncias recebidas pelo Conselho;

XIII - Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno e as resoluções do Conselho.

Artigo 15. À Secretaria do Conselho, além dos dispositivos contidos no artigo 8º da Lei nº 1.283/08, compete:

I - Substituir o Presidente em suas atribuições na sua ausência, impedimento ou afastamento temporário ou definitivo, até que se proceda com a escolha de novo Presidente para casos de afastamento definitivos;

II - Fornecer suporte e apoio administrativo à Presidência, ao Plenário e as Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho;

III - Adotar todas as medidas necessárias ao funcionamento, fazer executar e dar encaminhamento às deliberações, sugestões e propostas do Plenário;

IV - Divulgar as decisões do Conselho, dando publicidade aos atos através do Diário Oficial;

V - Redigir as Atas das reuniões e disponibilizá-las aos Conselheiros mediante aprovação da Presidência;

VI - Redigir as correspondências, resoluções, comunicados, etc.;

VII - Organizar e manter os arquivos da documentação relativa às atividades do COMDEMA;

VIII - Apresentar ao Presidente todas as notificações oficiais que o Conselho receber;

IX - Manter em ordem e à disposição dos membros do Conselho, arquivo dos pareceres e dos expedientes distribuídos;

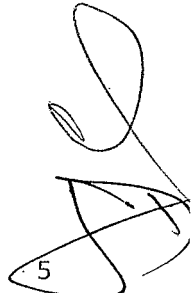
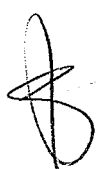
X - Divulgar o calendário anual das reuniões do Conselho;

XI - Elaborar o relatório anual das atividades do Conselho, submetendo-o ao Presidente do COMDEMA;

XII - Prestar os esclarecimentos solicitados pelos Conselheiros;

XIII - Solicitar colaboração, quando determinado pelo Plenário, aos órgãos específicos singulares, ao Gabinete Municipal, entidades ligadas à temática em pauta, órgão de notório saber, instituições de pesquisa e ensino e quaisquer outras, que colaborem efetivamente para a elucidação de matérias relacionadas ao COMDEMA;

XIV - Controlar a presença dos Conselheiros nas Reuniões do Plenário;



XV - Disponibilizar cópia eletrônica de todos os atos praticados pelo Conselho.

CAPÍTULO IV - DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AOS CONSELHEIROS

Artigo 16. Estará sujeito a sanções o membro que:

- I - Descumprir os deveres, atribuições e competências inerentes ao seu mandato;
- II - Praticar ato que afete a dignidade do Conselho;
- III - Utilizar o seu mandato para auferir proveito próprio;
- IV - Fizer pronunciamentos públicos não condizentes com a Política de Defesa do Meio Ambiente;
- V – Faltar com o decoro.

§ 1º. A Secretaria do Conselho tomará ciência da ocorrência de possível ato faltoso, quer por atos intrínsecos ao Conselho, quer por divulgação através de noticiário público, ou quando apontada de forma expressa por qualquer dos integrantes do Conselho.

§ 2º. Conforme a gravidade da falta, o Conselheiro poderá sofrer uma das seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Perda temporária do exercício do mandato, não excedente de 30 (trinta) dias;
- III - Perda definitiva do mandato.

§ 3º. A avaliação da conduta para sua definição como faltosa ou não, a aferição de sua gravidade e a imposição da pena correspondente serão decididas pelo Plenário, em Reunião Extraordinária, convocada especificamente para este fim.

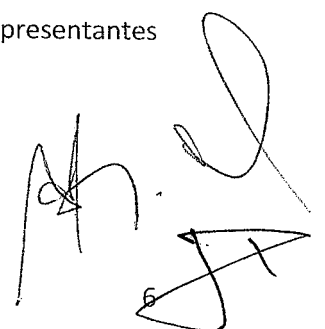
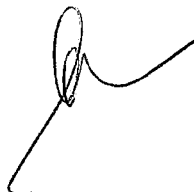
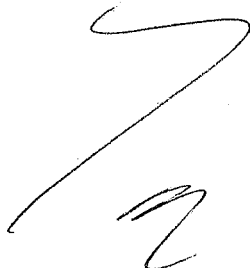
§ 4º. A Reunião para avaliação de ato faltoso de Conselheiro, deverá ter quorum mínimo de 2/3 (dois terços) do número de Conselheiros Titulares e as decisões serão por votos da maioria absoluta dos presentes.

§ 5º. A reunião de que trata o parágrafo anterior deverá ocorrer em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, a contar da ciência pela Secretaria do Conselho de possível ato faltoso, conforme § 1º, ficando assegurada ampla defesa ao Conselheiro avaliado.

CAPÍTULO V - DA SUBSTITUIÇÃO DE UM CONSELHEIRO

Artigo 17. Será substituído o Conselheiro que:

- I - Renunciar;
- II - Assumir qualquer cargo eletivo, em qualquer esfera do governo;
- III - Receber a determinação do Chefe do Poder Executivo, nos casos de representantes governamentais;



IV - Pretender concorrer a qualquer cargo eletivo, devendo licenciar-se do Conselho no prazo de desincompatibilização fixado pela legislação eleitoral;

V - Tiver perda definitiva de mandato quando incurso no inciso III do "§ 2º" do "artigo 16" deste Regimento;

VI - Deixar de pertencer à entidade que representa.

§ 1º. No caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros Titulares, automaticamente, assumirá a sua função como Titular o Suplente correspondente.

§ 2º. No caso de afastamento temporário ou definitivo do Presidente, o Secretário do Conselho assumirá como Presidente Interino, executando todas as funções do cargo, até o seu retorno ou nova escolha para a Presidência pelos Conselheiros Titulares.

§ 3º. No caso de afastamento definitivo de um Conselheiro, deverá ser solicitada à entidade representada pelo Conselheiro afastado, a indicação, dentro de no máximo trinta dias, de um novo nome para assumir o lugar vago.

Artigo 18. A substituição de membro Titular ou Suplente, sempre que entendido como necessária pelo segmento representado, processar-se-á mediante comunicação oficial à Secretaria e respectivo referendo do Conselho.

Parágrafo único. A substituição de representante indicado pela Administração Pública deverá ser comunicada ao Presidente do Conselho através de correspondência específica, mediante protocolo de recebimento.

CAPÍTULO VI - DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

SEÇÃO I - DAS REUNIÕES

Artigo 19. O Plenário deverá reunir-se, segundo o que se enuncia no "§ 6º" do "artigo 3º" deste Regimento, inclusive mediante reuniões por teleconferência (reuniões não presenciais).

§ 1º. A agenda anual de reuniões ordinárias será deliberada pelos Conselheiros em reunião.

§ 2º. As reuniões serão abertas no horário previamente determinado, com a presença de Conselheiros em número mínimo de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) do número total dos Conselheiros Titulares. Não havendo quorum, serão aguardados mais 30 (trinta) minutos, dando início à Plenária assim que o quorum for atingido. Caso isto não ocorra, o Presidente decidirá se declarará que não haverá reunião – anotando em ata a relação dos Conselheiros que assinaram a lista aberta para aquela reunião.

§ 3º. Para apreciação das matérias relacionadas à alteração do Regimento Interno, à aplicação de sanções a Conselheiro e à destituição de Coordenador do Grupo Técnico de Trabalho, o número mínimo de Conselheiros presentes para a instalação da Reunião não poderá ser inferior a 50% do número dos membros Titulares.

§ 4º. No caso de existir quorum para o início da Reunião, considerando os 30 (trinta) minutos de tolerância, mas sem a presença da Secretaria do Conselho, o Presidente deverá coordenar a reunião e redigir a ata.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a star symbol, and several other signatures and initials on the right side.

§ 5°. As Reuniões deverão ter duração máxima de 2 (duas) horas e prorrogáveis por mais tempo pela relevância e importância dos temas discutidos, sob aprovação do Plenário.

Artigo 20. As Reuniões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas através do e-mail ou Whatsapp, indicado na ficha de inscrição e publicação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo ter ampla divulgação e acesso assegurado ao público.

Artigo 21. As ausências dos membros Titulares quando não houver representação por seus Suplentes, deverão ser justificadas até a Reunião seguinte.

Parágrafo único. No caso de o membro Titular ausente haver solicitado representação ao seu Suplente e este também não comparecer à Reunião, a falta recairá sobre o membro Suplente, desde que comprovada a sua convocação.

Artigo 22. Será considerada falta grave do Conselheiro Titular, e implicará em perda do mandato, o não comparecimento e não representação por seu Suplente, a 03 (três) Reuniões Plenárias consecutivas ou a 04 (quatro) alternadas, dentro do período de 12 (doze) meses, nos casos de suas justificativas não serem aceitas pelo Plenário.

§ 1°. Deixarão de ser computadas as ausências por licença de saúde ou quando o Conselheiro estiver em missão autorizada pelo COMDEMA.

§ 2°. Compete ao Presidente comunicar ao Conselheiro que, injustificadamente, faltar à segunda Reunião consecutiva ou à terceira intercalada, que o mesmo estará incurso no artigo 22 deste Regimento, caso ocorra mais uma ausência de mesma qualificação.

§ 3°. O Presidente comunicará às entidades representadas, por escrito, sempre que se verifique ausência de representação por 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) intercaladas.

Artigo 23. Na presença do Conselheiro Titular, as reuniões serão facultadas ao respectivo Conselheiro Suplente, que terá assegurado o direito de voz, mas não de voto.

Artigo 24. Abertos os trabalhos, a aprovação da ata da reunião anterior deverá ser aprovada pelo Plenário, por maioria simples.

Artigo 25. As atas de reunião serão enviadas por e-mail, respeitando o prazo mínimo de 7 dias de antecedência em relação a próxima reunião.

Parágrafo único. A retificação de Ata deverá ser solicitada à Secretaria do Conselho, mediante e-mail, até 24 (vinte e quatro) horas antes da reunião subsequente.

Artigo 26. - As reuniões serão abertas ao público com direito de voz, desde que aprovado pelo Presidente, porém, sem direito de voto.

SEÇÃO II - DA ORDEM DO DIA

Artigo 27. A ordem do dia enunciará e indicará a sequência das matérias a serem discutidas e votadas prioritariamente em determinada Reunião.

§ 1°. O Presidente, por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá determinar a inversão da ordem de discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia.

✱

§ 2º. A discussão e votação de matéria de caráter urgente e/ou relevante, não incluída na Ordem do Dia, dependerão de deliberação do Plenário.

§ 3º. A discussão e votação de matéria da ordem do dia poderão ser adiadas por deliberação do Plenário, fixando o Presidente o prazo de adiamento.

Artigo 28. Esgotada a ordem do dia, o Presidente concederá a palavra aos Conselheiros que a solicitarem, para assuntos de interesse geral, podendo, a seu critério, limitar o prazo para explanação.

Artigo 29. Nos períodos de encaminhamento, terão direito à palavra apenas os Conselheiros, e não serão toleradas manifestações alheias ao tema, ou discussões paralelas.

Artigo 30. Nos períodos de discussão das matérias, terão direito à palavra, além dos Conselheiros, os convidados e visitantes que queiram manifestar-se, mediante solicitações ao Presidente.

Artigo 31. A pauta das Reuniões Ordinárias do Conselho será elaborada e divulgada pela Secretaria do Conselho, com o prazo mínimo de 7 (sete) dias de antecedência da data da Reunião.

Artigo 32. Quaisquer assuntos julgados de importância pelos Conselheiros para serem contemplados em pauta, deverão ser encaminhados por e-mail à Secretaria do Conselho, até 15 (quinze) dias antes da data da Reunião.

Artigo 33. Nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, tomarão assento à mesa de trabalho somente os Conselheiros e convidados, sendo facultado aos visitantes e ouvintes ocupar os lugares a eles especificamente determinados.

Artigo 34. Poderão integrar a Ordem do Dia pronunciamentos de pessoas convidadas para explanarem sobre temas adequados à pauta das discussões e de relevância para os trabalhos do Conselho, desde que indicados pelo Plenário ou pelo Presidente do Conselho.

Artigo 35. Desde que não existam questões prioritárias para as Reuniões Ordinárias, a Secretaria do Conselho deve sugerir temas extraídos das propostas governamentais vinculadas a Política de Gestão Ambiental Municipal contida na Lei Orgânica Municipal.

SEÇÃO III - DAS ATAS

Artigo 36. De cada Reunião do Conselho lavrar-se-á Ata, que será apresentada pelo Secretário do Conselho na Reunião subsequente, quando será lida e submetida à aprovação do Plenário.

§ 1º. A Ata será lavrada, ainda que não haja reunião por falta de quorum.

§ 2º. A cópia da Ata será enviada aos Conselheiros, mediante e-mail correspondência pelo menos 7 (sete) dias antes da Reunião em que será submetida à aprovação.

Artigo 37. Nas atas constarão:

I - Data, local e horários de abertura e encerramento das Reuniões;

II - O nome dos Conselheiros e convidados presentes;

III - A justificativa dos Conselheiros ausentes;

IV - O sumário do expediente, relação da matéria lida, registro das proposições apresentadas e das comunicações transmitidas;

V - Resumo das matérias incluídas na ordem do dia e transmissão dos trechos expressamente solicitados para registro em Ata;

VI - Declaração de voto, se requerido;

VII - Deliberações do Plenário.

Artigo 38. Depois de aprovadas pelo Plenário e assinadas pelo Presidente e Secretário, as Atas serão arquivadas na Secretaria do Conselho.

SEÇÃO IV - DOS DEBATES

Artigo 39. O Conselheiro só poderá fazer uso da palavra nos expressos termos deste Regimento:

I - Para apresentar proposições, requerimentos e comunicações;

II - Sobre matéria em debate;

III - Sobre questões de ordem;

IV - Em explicação pessoal.

Artigo 40. Durante a discussão de matéria poderá ser solicitado aparte ao orador para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate.

§ 1º. O aparte deverá ser breve e só será permitido, se assim consentir o orador.

§ 2º. Não serão permitidos apartes durante os encaminhamentos de votação, e nem nas questões de ordem.

SEÇÃO V - DAS VOTAÇÕES

Artigo 41. Anunciado pelo Presidente o encerramento da discussão, a matéria será submetida à votação.

§ 1º. O(s) Conselheiro(s) proponente(s) terá(ão) 5 (cinco) minutos para apresentação da defesa das respectivas propostas.

§ 2º. Se algum Conselheiro tiver dúvidas sobre o resultado da votação proclamado, deverá manifestar-se imediatamente antes que outra matéria entre em discussão.

§ 3º. Nenhuma emenda poderá ser acrescentada após iniciada a votação.

Artigo 42. As deliberações do Conselho, salvo disposição em contrário, serão tomadas por maioria absoluta dos Conselheiros, não se computando os votos em branco.

§ 1º. Apenas os Conselheiros Titulares e, na sua ausência, os Suplentes terão direito a voto.

§ 2º. Não será permitido voto por procuração, em nenhuma hipótese.

§ 3º. O Conselheiro abster-se-á de votar quando se julgar impedido.

§ 4º. As deliberações do Conselho poderão ser modificadas em Reunião futura, desde que o assunto a ser rediscutido seja formalmente apresentado na Ordem do Dia.

SEÇÃO VI - DAS QUESTÕES DE ORDEM

Artigo 43. Toda dúvida sobre a interpretação e aplicação deste Regimento ou relacionada com a discussão da matéria, será considerada questão de ordem.

Parágrafo único. As questões de ordem deverão ser formuladas com clareza e com a indicação do que se pretende elucidar.

CAPÍTULO VII - DA SUCESSÃO DO PLENÁRIO

Artigo 44. Com prazo mínimo de 6(seis) meses antes do encerramento do mandato vigente, um Grupo Técnico de Trabalho, especificamente designado, deverá iniciar a elaboração de Edital no qual conterà as regras e procedimentos para a seleção das entidades da sociedade civil para o biênio seguinte.

Artigo 45. Os integrantes do Plenário terão mandato com duração de dois anos, não havendo impeditivos para reconduções ao cargo desde que se respeite os ditames do Edital e da Lei.

Parágrafo único. O GT de que trata o artigo anterior, deverá conter, pelo menos, um representante de cada um dos dois segmentos, Poder Público Municipal e Sociedade Civil.

Artigo 46. A elaboração do Edital deverá respeitar os ditames estabelecidos pelos Grupos Técnicos de Trabalho.

Artigo 47. A composição do Plenário com a indicação de seus membros Titulares e Suplentes deverá se oficializar em ato normativo do Chefe do Poder Executivo, com a cerimônia de posse devendo ocorrer na 1ª reunião do biênio.

Artigo 48. Os novos Conselheiros iniciarão sua gestão após o término do mandato do Plenário precedente, mediante a expedição de Decreto pelo Chefe do Poder Executivo.

Artigo 49. A Secretaria do Conselho deverá transmitir expressamente à sua sucessora a relação dos Grupos de Trabalho existentes, assim como, o estágio de evolução dos trabalhos em execução pelo Conselho. Da mesma forma, deverá apresentar relatório sobre o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, circunstanciado pelas atividades desenvolvidas, instruído com prestação de contas Técnica e Financeira dos atos de sua gestão, bem como, acompanhado da respectiva documentação comprobatória, referentes aos meses em que atuou à frente do Conselho no ano em que se encerra seu mandato.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 50. Fica vedado a qualquer Conselheiro falar em nome do COMDEMA sem estar devidamente autorizado pelo Presidente.

Artigo 51. As deliberações do Conselho deverão ser registradas em ata e publicadas no Diário Oficial Municipal.

Artigo 52. A infração a qualquer artigo do presente Regimento será analisada pelo Plenário na primeira Reunião Ordinária subsequente.

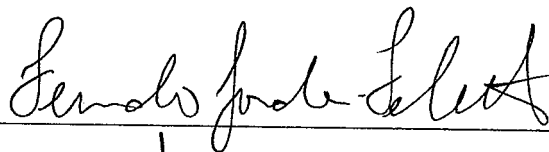
Artigo 53. Os casos omissos deste Regimento serão resolvidos pela maioria simples do Conselho.

Artigo 54. A aprovação deste Regimento Interno far-se-á de acordo com o artigo 13º da Lei Municipal nº 1.283 de 14 de abril de 2008.

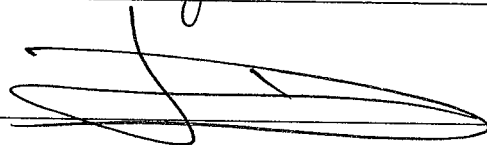
Artigo 55. O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.

Cajamar, 08 de janeiro de 2021.

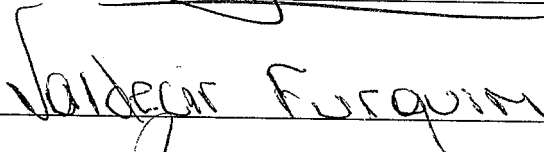
Fernando Jordani Feliti:



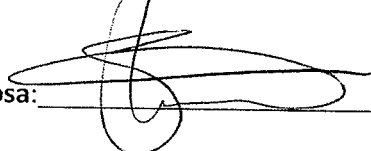
Givanilso Pereira Serraglio:



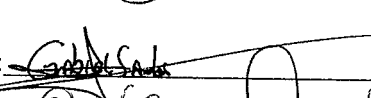
Valdecir Furquim:



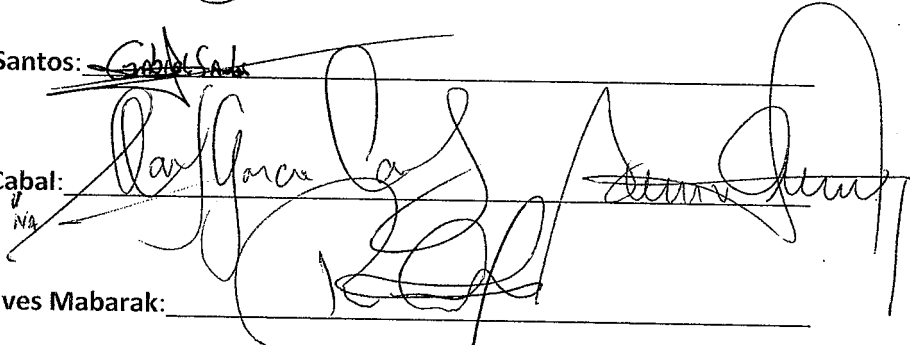
Sidinei Marques Barbosa:



Gabriel Escrovi Santos:



Manoel Garcia Cabal:



Rita de Cássia Alves Mabarak:



Masatochi Yahiro:

